

RELIGIÃO NA ESCOLA E NA FAMÍLIA: CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES EM ESPAÇOS DE SOCIALIZAÇÃO

Lívia Alessandra Fialho da Costa

(Universidade do Estado da Bahia/UNEB – Campus I DEDC/Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade) E-mail: fialho2021@gmail.com

Resumo

A pluralidade cultural, em particular a pluralidade religiosa, na escola e na família, tem exigido um olhar atento aos diversos processos de intolerância e de reprodução do preconceito e das desigualdades sociais na sociedade brasileira. Problematizar este fenômeno - o lugar da religiosidade no Brasil - torna-se significativo, na medida em que a escola tem sido, muito frequentemente, lócus de conflitos que emergem na socialização/educação dos estudantes. Tais tensões nascem das diferenças entre os pressupostos da escola pública, diversa e plural, e as famílias. Este artigo apresenta uma problematização a partir dos resultados parciais de uma pesquisa em andamento em duas escolas públicas da Bahia (Brasil). A pesquisa é etnográfica e busca realizar um estudo aprofundado acerca do processo de socialização dos sujeitos, centrando a atenção nas expectativas, disposições e atitudes dos agentes socializadores (nesse caso, a família e a escola). O trabalho de campo foi dividido em duas etapas principais: entrevistas, realizadas separadamente com os dois membros do casal; histórias de família, realizadas com, pelo menos, três membros de uma mesma família. A pesquisa tem financiamento do CNPQ e está associada ao Grupo de Pesquisa Educação, Diversidades e Desigualdades.

Palavras-chave: Escola; Religiosidade; Família

Introdução

A temática abordada interessa a campos disciplinares diversos, a saber, a Educação e as Ciências Sociais. Ambos têm tomado a família, o espaço escolar e seus processos de socialização como objetos de estudo. Na literatura especializada, muito se tem escrito sobre famílias contemporâneas não apenas tomando-as como foco de reflexão conceitual e metodológica, mas também no seu aspecto de lugar de intervenção de práticas e saberes. Por se interessar pelos estudos de família, esta pesquisa tem se amparado nos debates sobre juventudes, gerações e envelhecimento, todas estas tomadas como metáforas para a

construção social das temporalidades, que, na contemporaneidade, não se sucedem, mas coexistem, implicando formas semelhantes de socialização (escola/educação de jovens e adultos, templos, igrejas, bares, cursos de dança, academia de ginástica, ruas, prostituição etc).

A diversidade cultural, experimentada na contemporaneidade, traz para o centro da discussão reflexões sobre a integração de sujeitos e grupos – antes pensados como fatos sociais a serem estudados isoladamente – e as implicações para convivência num modelo de sociedade que supõe o respeito à diferença. Isto leva ao estabelecimento de práticas e trocas materiais e simbólicas que exigem, para todos os envolvidos, um certo jogo de mediação.

O tema da religião, ou da expressão religiosa, tem convocado a Educação a refletir sobre os componentes e os currículos escolares; a Antropologia, por sua vez, tem folhado para a diversidade religiosa no interior da escola como mais uma característica da pluralidade cultural da sociedade brasileira. Os dois campos de saber podem, conjuntamente, responder a questões que são ainda mais complexas e, muitas vezes, paradoxais: quando falamos em formação do educador, por que pouco examinamos suas referências familiares-biográficas, dentre as quais uma das mais diacríticas é o pertencimento religioso? Quando pretendemos compreender a experiência religiosa de professores e estudantes e suas interações conflituosas, por que deixamos de lado os constrangimentos sociais que impedem que os indivíduos manifestem sua diversidade porque esta parece tão contraditória para ser revelada numa história de vida? O que sabemos e que entendimento temos sobre as diversas alternativas e práticas religiosas? Onde procurar os caminhos para analisar as histórias e narrativas de vida de professores, lugar comum nas pesquisas em educação? Buscar tais referências na infância não seria supor que existe um *continuum* entre as primeiras experiências de socialização e a vida adulta?

Este conjunto de questões atende a uma perspectiva interpretativa que compreende que ao investigarmos sobre religião, pluralidade cultural e escola, é preciso não perder de vista: 1/ que os *processos de socialização* devem ser inquiridos levando em consideração diferentes esferas onde estes se circunscrevem mais fortemente: na família, na escola e nos espaços de realização do sagrado (templos, terreiros, igrejas, reuniões, salões, etc); 2/ que os métodos de investigação devem considerar os diferentes níveis de atuação dos sujeitos, cujas narrativas podem revelar dados importantes da realidade estudada caso sejam compreendidas dentro do lugar que cada um ocupa dentro de uma *rede de pertencimento*. A pesquisa debruça-se sobre

as narrativas de estudiantes e profesores sobre a experiência com o sagrado. Ao lado dessas considerações de natureza teórica e metodológica, parto da compreensão segundo a qual uma narrativa de vida (*récit de vie*) não é um dado, uma competência humana; o contrário, o ato de *contar* implica uma atividade pouco evidente, que requer atenção do pesquisador para as armadilhas do método.

O trabalho de investigação ora proposto parte da ideia que já vem sendo desenvolvida no Grupo de Pesquisa: investigar temas que dizem respeito à intimidade dos sujeitos (religião, por exemplo) é preciso realizar uma pesquisa extensiva, associando diferentes métodos (histórias de vida, narrativa autobiográfica e histórias de família) e interrogando o lugar dos sujeitos nas diferentes esferas de socialização às quais eles pertencem.

A escola (a educação) como espaço público, lugar de encontros, de confrontos, de dinâmicas interativas, é também o lugar de *ocorrência* do religioso. Estudar a religião fora do ‘espaço íntimo’ (leia-se, templo e família), legítimo, requer um esforço metodológico peculiar – que integre as diversas esferas de socialização dos sujeitos – uma vez que os parâmetros para a sua análise ultrapassam os limites normativos (das instituições). Ou seja, uma vez que a escola não é o espaço legítimo de expressão da religiosidade, é necessário encontrar o caminho (o método, o olhar, a abordagem...) adequado que torne possível esse objeto, qual seja ‘os conflitos e as tensões advindos da diversidade religiosa na escola’.

A sociedade brasileira, segundo o último censo demográfico, continua sendo majoritariamente católica. Este perfil religioso vem, porém, se modificando, desde fins dos anos 1970, com a emergência de igrejas evangélicas nos grandes centros urbanos do Brasil. Tal florescimento é acompanhado pela adesão de indivíduos, que se convertem às ditas “novas igrejas evangélicas”. O Censo de 2000 mostra o aumento do número de indivíduos declarados evangélicos ou pertencentes a uma das diversas denominações protestantes (históricas, tradicionais ou pentecostais) existentes no país. Este número diz respeito, sobretudo, a uma população feminina que tem se convertido e reconvertido a diferentes denominações evangélicas. A mudança de perfil religioso marca, então, a família, que já não é hegemonicamente católica, mas caracterizada pela coabitação de diferentes credos. A pluralidade religiosa tem se tornado um fato comum e as conversões e reconversões dão a tônica de várias desavenças no seio familiar.

Por meio de entrevistas, de grupos focais e de *histórias de família* buscamos uma compreensão dos conflitos e suas formas de regulação baseados na análise de uma cadeia de significados que não podem ser interpretados senão pelo mapeamento do lugar que cada sujeito ocupa na rede familiar.

A escola compreendida como uma instituição que lança parte dos fios com os quais a rede familiar é tecida, por vezes fornece fios que vão de encontro às expectativas familiares. Como entender a configuração desses conflitos quando um dos fios é a religião?

O trabalho de campo. Questões de método

O trabalho de campo foi dividido em duas etapas principais:

a) Entrevistas, realizadas separadamente com os dois membros do casal; b) *histórias de família*, realizadas com, pelo menos, três membros de uma mesma família.

Outro conjunto de dados tem sido incorporado às análises. Trata-se dos discursos dos pais sobre religiosidade numa escola da periferia de Salvador. Foram realizadas duas sessões de grupo focal com pais de estudantes de nível médio cujo objetivo era promover uma discussão sobre a Lei nº 10.639, promulgada no ano de 2003, e que torna obrigatório às escolas públicas e privadas o ensinamento de conteúdos relacionados à História e Cultura Africana. Sendo a Lei nº 10.639 alvo de muitas discussões e, sobretudo, resistências – notadamente da parte de estudantes de origem evangélica –, considerou-se que este seria um bom mote para perceber que conflitos ou discordâncias movimentam estudantes e suas famílias e que, em alguns casos, acabam por gerar situações de intolerância e conflito religioso – tema que vem, nos últimos anos, tornando-se fenômeno de atenção de professores que lidam na prática com as interações em sala de aula.

A investigação etnográfica em contextos metropolitanos tem exigido da Antropologia, desde há muito, uma adequação do método de observação participante, que se vê, então, aproximado a outras técnicas de coleta de dados. Em contextos urbanos – e a depender do fenômeno de estudo, do tempo disponível e dos recursos destinados à pesquisa – raramente é possível ao pesquisador desenvolver etnografias extensivas, observações participantes, como classicamente são realizadas, ou seja, com a exigência da permanência do pesquisador junto à comunidade pesquisada, dividindo o cotidiano com a população e, portanto, habitando o mesmo contexto dos seus interlocutores. A repetição e a continuidade do contato cotidiano deixam de ser, nesse caso, a essência da natureza do método. Como resposta às recentes necessidades metodológicas colocadas pelos novos contextos metropolitanos, surgem outros métodos de abordagem da realidade empírica. É preciso salientar, no entanto, que a ideia não é superar a observação participante, mas enfrentar a complexidade da pesquisa em metrópoles, desafiando a Antropologia no avanço de outros métodos (PINA-CABRAL; PEDROSO; 2005).

Em estudos de famílias em contextos urbanos, na impossibilidade da realização da observação participante, Pina-Cabral e Pedroso (2005) propõem o método das *Histórias de Família*, capaz de promover a contextualização sociocultural dos indivíduos e das informações por eles veiculadas “a partir do enquadramento dos discursos nas práticas internas a um campo complexo de relações” (PINA-CABRAL; PEDROSO, 2005, p. 358). Do ponto de vista prático, para cada história de família estão previstas várias entrevistas. Esse método integra uma percepção dos interlocutores da pesquisa não como seres isoláveis, mas participantes de percursos sociais em universos familiares. Assim, faz-se necessário investigar, em diferentes momentos, os itinerários individuais e familiares dos sujeitos investigados. Seguindo este método, a enquête realizada com seis famílias de camada popular, moradoras de um bairro localizado no subúrbio de Salvador, obteve informações aprofundadas acerca:

a) do percurso escolar e profissional do entrevistado; b) do percurso escolar e profissional dos cônjuges; c) do percurso religioso dos entrevistados; d) do percurso religioso da família de origem; e) da prática religiosa; f) da educação religiosa dos filhos; g) da convivência religiosa na família; h) dos dados sobre a família de origem dos entrevistados;

i) das uniões anteriores, do casamento atual e da chegada dos filhos; j) das modalidades de organização conjugal, sociabilidade do casal; k) da criação dos filhos, aspirações, modelos e métodos educativos; l) da autonomia dos filhos, escolaridade e relação com os pais; m) da relação da entrevistada com os parentes de ambas as partes; n) das expectativas acerca da escola; e outros temas que emergiram ao longo de cada *história*.

Definindo os termos dos conflitos e observando as formas de regulação

Das histórias coletadas em campo, recortamos aqui parte do tema que nos interessa: a educação e socialização de crianças em famílias religiosamente plurais. Por isso, tomamos o exemplo de Patrícia. Da análise dos dados, emerge a importância de considerarmos não apenas a classe social como discriminante de práticas educativas, mas também as opções ideológicas e religiosas. Mergulhar no interior das famílias nos ajudou a compreender que esses conflitos, que geram discordâncias, desavenças e rompimentos, estão ancorados em concepções de corpo, ética, verdades e valores.

No campo das ciências sociais, a classe social é frequentemente apresentada como fator explicativo das práticas educativas familiares (BOURDIEU, 1966, 1980; BOURDIEU e PASSERON, 1974; BERNSTEIN, 1975). Entretanto, esse esquema teórico, durante muito tempo hegemônico, foi questionado por estudiosos que consideram que a educação familiar não é apenas o resultado da interiorização pelas famílias de suas condições objetivas de existência, mas sim, também, do tipo de apropriação que estas famílias fazem das suas condições de existência; ora, essa apropriação, por sua vez, depende do sistema cultural dos pais, que não é diretamente dedutível de seu pertencimento social. Tal perspectiva foi principalmente defendida e explorada por Percheron (1985) baseado em dados oriundos de uma pesquisa quantitativa realizada com 916 pais, que tinha por objetivo identificar os princípios de estruturação das normas e práticas domésticas e educativas das famílias. Na base das respostas a um questionário sobre as atitudes e os comportamentos dos pais em relação à educação e organização familiar, a autora construiu três tipos de famílias: os liberais, os tradicionalistas e os rigoristas. Cada um desses tipos foi caracterizado com base em variáveis de natureza sociológica (idade dos pais, número de filhos, grupo socioprofissional do chefe da família, local de residência) e de variáveis de natureza ideológica (grau de integração religiosa e preferências políticas). A análise mostra que os fatores discriminantes dos modelos e práticas educativos são os indicadores relacionados com as opções ideológicas, isto é, as

opções políticas e, sobretudo, a integração religiosa. Quanto às características sociológicas, isoladamente elas não apresentam nenhuma correlação com os modelos e comportamentos educativos. Tais resultados, que enfatizam a relevância do sistema de valores na determinação da educação familiar, foram confirmados por outros autores (ver TERRAIL, 1990; MUXEL, 1986). Todavia, essa orientação de pesquisa, não obstante seus avanços valiosos, é restritiva: ela parte do pressuposto da homogeneidade de valores e práticas educativas no seio do casal, ou seja, tanto o pai quanto a mãe comungam de um mesmo sistema cultural. Assim, interrogando apenas um membro do casal sobre a educação familiar, ela impede que se observe um fato importante: a educação dada às crianças nem sempre é objeto de consenso do casal, podendo surgir divergências entre pais e mães, quando estes seguem confissões religiosas ou opções políticas diferentes. Mais do que isto, a educação e socialização das crianças não se restringe tão somente aos pais, ou à dita família nuclear. Avós, tias e tios assumem, muitas vezes, a maior parcela do empreendimento. A contemporaneidade é também marcada por uma pluralidade religiosa, resultante de uma significativa diversificação de alternativas religiosas. Não é raro, nessas condições, que no seio de uma família muitos dos membros tenham opções religiosas diferentes, o que pode implicar modelos e práticas educativas diferenciadas. A literatura sobre o tema já apontou para as dificuldades e os efeitos que emergem em famílias religiosamente plurais, mostrando que muitos são os conflitos que podem surgir das diferentes formas de lidar com o cotidiano, orientadas pela religião. A compreensão destes conflitos passa pela análise da configuração conjugal e do exercício da parentalidade.

Trabalhos sociológicos têm evidenciado que os conflitos são atenuados quando se trata de casais que se convertem a uma mesma denominação religiosa, permitindo uma redefinição de valores e papéis que pode ter um impacto positivo nas relações de gênero. Nesse sentido, analisando o impacto do engajamento religioso no relacionamento familiar de casais carismáticos e pentecostais, Machado (1996) mostra como a adesão religiosa pode provocar mudanças importantes nas relações familiares, possibilitando até uma redefinição dos papéis masculinos e femininos, na medida em que a conversão provoca um reforço moral da mulher, propondo também um novo modelo de comportamento para os homens. A conversão ou adesão de um dos membros do casal a um sistema religioso dado pode ser responsável pela introjeção de novos valores morais que resultam em reorientações das condutas familiares. Bem entendido, trata-se de um processo de substituição que nem sempre se dá de forma

pacífica. Em trabalho realizado em camada popular, Costa (2002) e Jacquet e Costa (2009) percebem que os conflitos em famílias religiosamente plurais surgem no momento em que as práticas do *templo* começam a interferir nas práticas familiares originalmente compartilhadas por todos os seus membros. Podemos, portanto, nos interrogar sobre os modos de regulação que se desenrolam nas famílias caracterizadas por uma pluralidade religiosa. Negociações e acordos engendrados no espaço familiar estão intimamente relacionados à composição do casal e ao modo de funcionamento da família.

Na escola, espaço também de socialização, os projetos e conteúdos são alvo de críticas e restrições, sobretudo por parte de crianças de origem evangélica. Tais críticas são reveladas ou ofuscadas a depender do grau de relacionamento da criança com a religião (ANTONIAZZI et al., 1994). Entre os pais *assembleanos* (fiéis da Assembleia de Deus), por exemplo, impera uma restrição em relação a todas as atividades que envolvam a exposição ou decoração do corpo. Sobre os conteúdos ensinados, eles consideram importantes para o conhecimento prático, exigido na vida cotidiana, capaz de promover certas competências que serão reinvestidas na esfera profissional.

Conclusão

O perfil das famílias é marcado pela pluralidade religiosa, com verdades com contornos cambiantes. A força de cada “verdade” varia não segundo o “papel” de cada um na relação de parentesco, mas, antes, pelo exercício do poder de cada um, ou seja o grau de participação e importância deste para a esfera doméstica-familiar. O fato de diferentes orientações religiosas estarem presentes na rede familiar faz com que a educação das crianças não seja objeto de consenso. Tais verdades são resultado de um esforço de classificação, organização e interpretação da vida cotidiana. Promover a socialização de uma criança em famílias cujos membros não comungam da mesma fé é, aparentemente, uma tarefa com conteúdos contraditórios. Trata-se de uma espécie de digestão de muitas formas simbólicas, num movimento de *bricolagem permitida* (LÉVI-STRAUSS, 1962).

O tema da “pluralidade religiosa”, pela complexidade dos elementos aí emergentes, tem exigido dos pesquisadores um olhar multidisciplinar, que implica, antes de mais nada, uma problematização conceitual e um esforço epistemológico e metodológico de partilhamento de conceitos. Diversos autores mostraram que as opções políticas e, sobretudo, religiosas são fatores discriminantes essenciais dos modelos e práticas educativas familiares

(BOURDIEU, 1980). A pluralidade religiosa observada na família contemporânea constitui fator que pode ser significativo para a emergência de tensões, notadamente no que diz respeito à educação dos filhos. Não se trata aqui, porém, de atribuir à conversão e filiação religiosa, tão somente, o florescimento de conflitos conjugais desencadeados pelas divergências no que diz respeito à educação dos filhos. No lugar disso, pensamos que a filiação a uma denominação qualquer está sempre sujeita a diferenciações nas atribuições de sentido ao pertencimento religioso elaboradas pelos atores sociais em jogo. Afirmamos assim o caráter dinâmico das escolhas – no caso, a religiosa –, que pode ora valorizar determinados aspectos, ora negar os seus conteúdos, num movimento que mescla informações oriundas de um *ethos* privado não confessional e a incorporação de doutrinas cristãs contemporâneas (DUARTE, 2005).

REFERÊNCIAS

- ANTONIAZZI, Alberto et al. (eds). (1994). **Nem anjos, nem demônios. Interpretações sociológicas do pentecostalismo**. Petrópolis: Vozes, p. 67-159.
- BERNSTEIN, B. (1975). **Langages et classes sociales. Codes socio-linguistiques et contrôle social**. Paris: Editions de Minuit.
- BOURDIEU, Pierre. (1966). Condition de classe et position de classe. **Archives européennes de sociologie**, Paris, v.VII, n.2, p. 201-229.
- BOURDIEU, Pierre. (1980). **Le sens pratique**. Paris: Minuit.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, J.-C. Avenir de classe et causalité du probable. **Revue française de sociologie**, Paris, v.XV, p. 3-42, 1974.
- COSTA, Livia Fialho. (2002). **Qu'est-ce qui fait crier les crientes?** Emotion, corps et délivrance à l'Eglise Universelle du Royaume de Dieu (Bahia, Brésil). 345 f. Tese de doutorado, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. (2005). Ethos privado e justificação religiosa. Negociações da reprodução na sociedade brasileira. In Heilborn, M.L. *et all* (orgs), **Sexualidade, Família e Ethos Religioso**. Rio de Janeiro: Garamond, [p. 137-176].
- JACQUET, CHRISTINE ; COSTA, LÍVIA FIALHO. (2009). Conversão feminina ao protestantismo: desencanto e reencanto conjugal. In: CASTRO, M. e MENEZES, J. E. (orgs). **Família, População, Sexo e Poder**. São Paulo: Paulinas, p. 295-311.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. (1962). **La pensée sauvage**. Paris: Plon.
- MACHADO, Maria das Dores. (1996) **Carismáticos e Pentecostais, adesão religiosa na esfera familiar**. Campinas: Autores Associados.
- MUXEL, A. (1986). Chronique de deux héritages politiques et religieux. **Cahiers internationaux de sociologie**, Paris, v.LXXXI, p. 255-280.
- PERCHERON, A. (1985). Le domestique et le politique. Types de familles, modèle d'éducation et transmission des systèmes de normes et d'attitudes entre parents et enfants. **Revue française de science politique**, Paris, n.5, p. 840-891.

PINA-CABRAL, João; PEDROSO de Lima, Antônio. (2005). Como fazer uma história de família: um exercício de contextualização social. **Etnográfica**, volume. IX (2), p. 355-388.